

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 399 - Brasília, terça-feira, 4 de fevereiro de 1997

Senado escolhe hoje seu novo presidente

Antes, plenário deverá discutir em turno único seis projetos de resolução, entre eles o que aprova acordo de cooperação entre a Comunidade Européia e o Mercosul

Patrocínio e Lauro debatem déficit comercial

O déficit da balança comercial brasileira foi discutido ontem em plenário pelos senadores Lauro Campos e Carlos Patrocínio. Ao observar que a economia acendeu o "sinal amarelo", Patrocínio manifestou confiança no ministro da Fazenda, Pedro Malan, quanto à solução do problema. Já Lauro Campos afirmou que a taxa de câmbio, ao favorecer as importações, aumenta o desemprego no Brasil. **Página 3**



Iris Rezende



Antonio Carlos Magalhães

O presidente do Senado, José Sarney, conduzirá hoje, a partir das 14h30, a primeira reunião preparatória destinada à escolha daquele que irá sucedê-lo na direção da Casa. São candidatos ao cargo os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Iris Rezende (PMDB-GO). A votação será secreta. O mandato é de dois anos.

O presidente eleito comandará as duas reuniões seguintes, destinadas a eleger os demais membros da Mesa Diretora - 1º e 2º vice-presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º secretários, e quatro suplentes.

Antes, às 11h, o Senado realizará sessão deliberativa extraordinária para a discussão em turno único de seis projetos de resolução. Entre estes, está o que aprova o texto do acordo internacional de cooperação entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Mercosul e o que autoriza a União a celebrar contratos de rescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão.

Na Ordem do Dia da sessão extraordinária constam ainda ofícios do Banco Central, um deles solicitando autorização do Senado para Mato Grosso emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTEMT), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária estadual, vencível no primeiro semestre deste ano.

Valmir e Tebet pedem política para desenvolver o interior

Os senadores Ramez Tebet e Valmir Campelo cobraram ontem uma política de desenvolvimento do interior do País. Valmir afirmou que a reforma fiscal deve ter como uma de suas prioridades o fortalecimento da estrutura de arrecadação dos pequenos municípios. Tebet, por sua vez, lembrou que essas comunidades têm dificuldades em se desenvolver sem o apoio federal. **Página 7**

Suplicy: Renda mínima já chegou a 80 municípios

Até agora 80 municípios brasileiros criaram programas semelhantes ao projeto de garantia da renda mínima, informou ontem o senador Eduardo Suplicy, autor da proposta. **Página 8**

Francelino defende projeto sobre doações

Francelino Pereira considera o projeto de lei sobre doação de órgãos uma proposta que vai evitar a continuidade do sofrimento de milhares de pessoas que aguardam transplante. **Página 2**

NESTA EDIÇÃO

Cabral: Zona Franca impediu devastação do Amazonas

Página 4

Amin cobra de bancos maior investimento em segurança

Página 5

Emília defende parceria em favor da educação

Senadora lembra que melhoria do ensino exige, além de uma boa estrutura física e pedagógica, professores com salários mais dignos, habilitados e concursados

A educação para jovens e adultos é um problema que o governo não pode esquecer, afirmou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), ao elogiar o projeto Alfabetação Solidária lançado recentemente pelo governo federal, que, em parceria com prefeituras, universidades e empresas privadas, deverá atender inicialmente à população entre 15 e 17 anos de 38 municípios do Norte e Nordeste, com índices superiores a 55% de analfabetismo.

Embora apóie a decisão do Ministério da Educação de dar prioridade à melhoria do ensino de primeira à oitava séries, Emília Fernandes disse que "o governo não pode e não deve se esquecer da educação em todos os níveis". Entre outros aspectos, ela ressaltou a importância do ensino espe-



Emília Fernandes

cial e da educação infantil, bem como a valorização dos especialistas em educação.

Após salientar que para muitos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), recentemente aprovada pelo Congresso, é "uma espécie de Constituição do ensino do País", a senadora destacou "a importância de se retratar na lei o espírito e o compromisso da Nação com suas crianças e jovens, no que se refere

à continuidade dos estudos".

- Nós precisamos de um ensino fundamental bem estruturado, um ensino de qualidade, com escolas completas, com mais verbas para custeio, ampliação e administração pedagógica. Também precisamos de professores com salários mais dignos, habilitados, concursados para que realmente se possa construir e atingir a tão almejada melhoria do ensino - friso a senadora, advertindo que "não se pode construir uma lei e colocar em seu bojo um caráter terminativo e estanque".

Emília Fernandes comentou matéria publicada no *Jornal do Brasil*, dando conta de que na cidade baiana de Santa Maria da Vitória, visitada há cerca de dois anos pelo presidente Fernando Henrique, os professores estariam há 18

meses sem receber salário. Fatos como esse, a seu ver, "são uma vergonha para um país que pensa ingressar na globalização".

A senadora alertou que, até o próximo dia 30 de abril, os estabelecimentos da rede pública de ensino devem organizar seus conselhos escolares ou associações de pais e mestres para que possam receber recursos do Ministério da Educação. Ela observou que a integração entre professores e representantes da comunidade será fundamental para fiscalizar o emprego dessas verbas.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o "extremo atraso" no pagamento dos professores "contradiz o que o governo federal afirma estar fazendo pela educação".

Francelino: Projeto sobre doação evitará sofrimentos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) espera que o presidente da República sancione o mais rápido possível projeto estabelecendo o princípio da doação presumida de órgãos. Segundo ele, trata-se de "uma proposta corajosa e avançada que acabará com o sofrimento de milhares de brasileiros que aguardam nas filas uma oportunidade de fugir da morte anunciada".

Francelino destacou que, apesar da polêmica levanta-

da a partir da aprovação do projeto, este não tem caráter compulsório. "Continuaremos, como sempre, donos e senhores absolutos do nosso corpo, e somente nós temos o direito de dispor dele, na vida ou na morte. Daí a sabedoria do projeto, que deixa a cada um de nós a livre escolha da nossa opção, em qualquer período da nossa vida", observou.

Ele sustentou que, sancionada a lei, esta evitará as práticas de tráfico e de comercialização de órgãos, freqüentemente de-



Francelino Pereira

nunciadas pela imprensa, uma vez que a demanda tenderá a ficar abaixo da oferta. E acrescentou que "será assegurada a plena liberdade ao cidadão, independentemente de sua con-

dição financeira, para que declare sua opção de não-doador, sem qualquer entrave burocrático".

Com relação ao argumento de alguns opositores do projeto, de que não há estrutura no País para a captação de órgãos, o senador esclareceu que "a regulamentação do projeto prevê a adoção de uma central nacional de transplantes e centrais estaduais que se encarregarão das providências destinadas a garantir o transporte e a utilização dos órgãos".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

11h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 111/96, que aprova o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, assinado em Madri, em 15.12.95; e "Projeto de Resolução nº 3/97, que autoriza a União a celebrar os contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos junto à República do Gabão, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Atas de Entendimento de 19.09.89, de 15.04.94, e de 12.12.95.

14h30 - Primeira reunião preparatória do Senado destinada à eleição da Mesa

COMISSÕES

18h - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Discussão e votação do relatório final.

Previsão de trabalhos

COMISSÕES

Quarta-feira (05.02.97)

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimentos do ex-secretário da Fazenda de Santa Catarina Oscar Falk, do assessor do diretor financeiro do Defin do Banco do Estado de Santa Catarina, Carlos Eduardo Ferreira, e do secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Sérgio Prisco Paraíso.

Governo não pode repetir tragédia cambial do México, alerta Patrocínio

A situação em que o Brasil se encontra é "bisonha", classifica o senador, tendo em vista os déficits na balança comercial

"O Brasil não pode repetir a tragédia cambial mexicana", afirmou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao referir-se aos déficits da balança comercial brasileira nos últimos dois anos. Ele disse que a economia do País "acendeu o sinal amarelo", com a possibilidade de que os saldos negativos permaneçam neste ano, mas manifestou confiança no ministro da Fazenda, Pedro Malan, para solução do



Carlos Patrocínio

problema.

A atual política cambial, na opinião do senador, deve ser revista de maneira a evitar que esse quadro negativo permaneça. A seu ver, a situação em que

o Brasil se encontra é "bisonha", tendo em vista os déficits de US\$ 3,2 bilhões, em 1995, e US\$ 5,5 bilhões, em 1996 na balança comercial.

Carlos Patrocínio lembrou que, no período entre 1976 a 1994, o Brasil gerou, na balança comercial, superávits de US\$ 10 bilhões em média, que mantiveram estável o balanço das transações correntes - a soma das trocas de bens e serviços entre o Brasil e o resto do mundo.



Lauro Campos

Concorrência "desenfreada" preocupa Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem a abertura do Brasil à "desenfreada concorrência" das mercadorias estrangeiras, citando entre os setores mais prejudicados a indústria têxtil, a de confecções e a de porcelana. Ele disse que o parque industrial brasileiro foi construído com enorme sacrifício e considerou um absurdo que esteja sendo agora sucateado.

- A taxa de câmbio favorece essas importações e, com isso, o Brasil está aumentando o desemprego aqui e criando empregos em países exportadores, como os do Sudeste Asiático. Mais de 15 mil pessoas estão perdendo trabalho no setor de porcelana, e enquanto isso o governo cria uma imagem fictícia do Brasil- afirmou.

Lauro Campos disse que o Brasil está submetido a uma taxa de câmbio artificial, que aprofunda seus problemas e que prejudicará cada vez mais os que produzem no País. Em sua opinião, os economistas que criaram esse câmbio estão amarrados por ele e vendo, dia a dia, sem nada fazerem, o crescimento vertiginoso da dívida pública.

Para o senador, isso acontece porque o governo insiste em manter uma imagem artificial de que a economia vai bem, "para enganar o povo por mais tempo". Ele disse que, diariamente, embora o governo preserve a imagem de otimismo, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo constata que ainda há tempo de serem salvos setores industriais que estão declinando em decorrência do Plano Real. Lauro Campos acha que ainda está em tempo de o governo agir.

Campos critica ONU por omissão em Timor Leste

O senador Júlio Campos (PFL-MT) lamentou ontem que a ONU não promovia qualquer sanção capaz de obrigar a Indonésia a cumprir suas resoluções e sair do Timor Leste.



Júlio Campos

ex-colônia de Portugal invadida pelo país asiático há 21 anos. "Trezentos mil habitantes, nada menos que a quarta parte da população timorense, foram mortos desde então. A tirania da Indonésia quer privar o Timor Leste até do próprio idioma, impondo o idioma do invasor", disse ele.

- Há bem pouco, o mundo presenciou atitudes enérgicas da ONU. Está vivo em nossa lembrança o rigor com que o Iraque foi tratado na hora de aplicar as resoluções da ONU. Por que dois pesos e duas medidas? - questionou.

Para Júlio Campos, "a diplomacia brasileira tapou os ouvidos aos clamores" do povo de Timor Leste. Segundo acentuou, recentemente, ao receber a visita de um dos líderes da resistência timorense, o jornalista José Ramos Horta, que ganhou no ano pas-

sado o Prêmio Nobel da Paz, o presidente Fernando Henrique Cardoso dispôs-se a trabalhar como "embaixador discreto" pela autonomia daquele país do Sudeste Asiático. O senador espera que a diplomacia "discreta" do Presidente possa gerar algum fato em favor do Timor Leste.

- Muitos países da Europa continuam a fornecer à Indonésia aviões de combate, helicópteros, tanques, aparelhos de tortura, armamento sofisticado, cujo destino é um só: a perpetuação da tirania contra um povo indefeso - registrou o senador.

Jonas celebra inauguração do porto de Itacoatiara

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que a inauguração, em 22 de abril, do porto graneleiro de Itacoatiara (AM), a 270 quilômetros de Manaus, permitirá o melhor escoamento da produção de grãos das regiões Norte e Centro-Oeste, e provocará a redução do preço desse produto em cerca de 30 dólares a tonelada.

Segundo o senador, o novo porto, que terá capacidade para exportar 5% da produção bra-

sileira de soja prevista para 1997, iniciará as operações do corredor formado pela hidrovía Madeira-Amazonas, com 1.500 quilômetros navegáveis.

Na opinião de Jonas Pinheiro, a hidrovía Madeira-Amazonas vai liberar as regiões Norte e Centro-Oeste dos "altíssimos custos" dos fretes rodoviários que, a seu ver, anulam as vantagens compa-



Jonas Pinheiro

rativas regionais e os ganhos de produtividade obtidos pelos produtores rurais.

Jonas Pinheiro explicou que a obra é parte de um projeto no valor de 100 milhões de dólares, cujos recursos são originários do Grupo Maggi, "o maior produtor e exportador de soja do País", dos governos de Rondônia e do Amazonas e de financiamentos do BNDES.

Suplicy deseja ser ouvido pelo Conselho de Ética

Zona Franca impediu devastação do Amazonas, diz Bernardo Cabral

Senador observa que seu estado preserva 98,7 por cento de área original de florestas, o maior índice de toda a região

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que tem consciência de que procedeu com correção no dia 13 de novembro passado, quando procurou insistentemente tomar conhecimento de documento do Banco Central sobre operações com letras financeiras realizadas pelo então secretário municipal da Fazenda de São Paulo, Celso Pitta, atual prefeito da capital.

Ele afirmou ter ido ao gabinete do senador Odacir Soares (PFL-RO), à sua casa e à casa da chefe de gabinete do senador. Apesar disso e das tentativas frustradas de contato telefônico, só no dia 16, após o segundo turno das eleições, é que teve acesso ao documento. Suplicy entrou com representação contra o senador por Rondônia junto ao Conselho de Ética. Este fez o mesmo contra Suplicy, o que configuraria um "empate", conforme o presidente do Senado, José Sarney, teria informado ao senador paulista. Suplicy, no entanto, quer ser ouvido pelo Conselho de Ética.

Segundo o senador, o documento do Banco Central não era conclusivo, tanto que requereu novamente as mesmas informações. Só agora, com a CPI dos Títulos Públicos, é que o Banco Central encaminhou ao Senado um relatório completo sobre aquelas operações financeiras. No relatório, as operações são apontadas como irregulares, ou desnecessárias, ou como tendo resultado em alta rentabilidade para intermediadores financeiros.

Suplicy considerou que era muito importante que o Banco Central tivesse enviado a tempo as informações de que já dispunha antes de 15 de novembro. Na sua opinião, "a demora na divulgação do documento, de forma politicamente interessada, merece uma resposta do Conselho de Ética".

Em resposta às frequentes censuras dirigidas à Zona Franca de Manaus (ZFM), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que ela é a responsável pela preservação, no Amazonas, de uma área original de florestas de 1 bilhão 561 mil quilômetros quadrados - o que representa o índice de 98,7%, o maior registrado entre os estados da Amazônia Legal. O Pará preservou 88,1%, o Mato Grosso, 85,7%, Rondônia, 88,2%, e Maranhão, 39,8%, disse.

Cabral também contestou a afirmação de que a maioria das indústrias instaladas na Zona Franca seriam "meras maquiadoras" que lá se instalam, apenas para ter acesso às importações incentivadas.



Bernardo Cabral

Baseando-se em dados da Secretaria da Fazenda do Amazonas, Bernardo Cabral afirmou que a Zona Franca de Manaus, no período de janeiro a setembro de 1996, foi responsável por 16,92% das importações incentivadas do País, sendo que a Aladi/Mercosul teve uma participação de 43,37%. Quanto ao volu-

me de importações realizadas, as da ZFM foram equivalentes a 7,43% do total do País em 1996, afirmou.

Para o senador, as "pessoas inescrupulosas" que fustigam a ZFM fazem com que empresários que pretendem instalar plantas industriais no Amazonas terminem desistindo, prejudicando a região. Ele lembrou que a implantação de uma fábrica de cinescópios da Samsung em Manaus "foi uma verdadeira batalha".

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (RO) concordou que a Zona Franca transformou Manaus numa metrópole sem devastar a selva que a circunda. A seu ver, a experiência da ZFM deveria ser estendida a todos os estados da Amazônia Legal.

Ademir: PSB tem como meta gerar empregos e municipalizar a saúde

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou ontem que, em reunião realizada nos dias 30 e 31 de janeiro, a direção nacional do PSB discutiu com os 161 prefeitos e 180 vice-prefeitos do partido os princípios que devem nortear suas administrações.

O primeiro tema debatido foi uma política de geração de empregos a ser desenvolvida com as comunidades que eles vão governar. O segundo item foi saúde pública. Segundo Ademir Andrade, todos os prefeitos e vice-prefeitos devem trabalhar para que a saúde seja municipalizada.

- É importante que eles assumam essa responsabi-

lidade e cobrem do Ministério da Saúde os recursos antes destinados aos hospitais e clínicas particulares. Autoridades que vieram de Cuba mostraram como é possível trabalhar com saúde pública junto às famílias - assinalou.

Outro princípio que, segundo Ademir Andrade, será seguido por esses governantes municipais consiste em fazer com que o povo participe do orçamento do município, via sindicatos e entidades organizadas da sociedade.

Ele informou também que o diretório nacional do PSB reuniu-se para discutir a emenda constitucional que permite a reeleição, decidindo reafirmar sua posição contrária, apesar de sete deputados do partido



Ademir Andrade

terem votado a favor da matéria na Câmara. Ademir Andrade leu a resolução do diretório sobre o assunto, mostrando que o objetivo do PSB é unificar uma posição para a votação em segundo turno.

Amin cobra de bancos mais segurança

Senador cita estudo realizado em Santa Catarina mostrando que nenhuma agência, pública ou particular, no estado, oferece condições mínimas de segurança para clientes e funcionários

O senador Esperidião Amin (PPS-SC) disse que os bancos brasileiros não investem em segurança por falta de uma legislação que os obrigue a isso. Segundo ele, um estudo realizado pelo Sindicato dos Bancários de Santa Catarina mostrou que nenhuma agência, pública ou particular, no estado, oferece condições mínimas de segurança para seus clientes e funcionários.

Segundo o senador, embora o número de assaltos a banco tenha crescido muito "em função da exclusão so-



Esperidião Amin

cial que atinge grandes parcelas da sociedade brasileira", a maior causa desse aumento estaria no desleixo das empresas e na omissão das autoridades.

- O fenômeno merece a atenção do Senado Federal porque, sem dúvida, deve se repetir em todos os estados da federação - alertou Amin.

Esperidião Amin argumenta que, apesar das falências de algumas instituições financeiras, os maiores bancos continuam a ter lucros expressivos, nada justificando a ausência de cuidado e a falta de investimento em equipamentos de segurança. "Uma porta custa cerca de R\$ 7 mil, valor irrisório para uma entidade financeira", frisou.



José Fogaça

Fogaça quer votar projeto de Kleinübing

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que o Senado tem de votar com rapidez o projeto de lei complementar que reforma o Sistema Financeiro Nacional, de autoria do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). Para ele, assim que for concluída a votação da emenda da reeleição, o Congresso deve voltar a apreciar "os assuntos que não dão manchetes nos jornais, mas determinam um país mais equilibrado e com instituições mais sólidas".

Fogaça destacou que o projeto de Kleinübing, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, transfere a área de fiscalização do Banco Central para o Ministério da Fazenda. A CPI dos Títulos Públicos, a seu ver, já mostrou com clareza que a regulamentação do sistema financeiro é imprescindível. "Essa é uma tarefa urgente e básica desta Casa", disse o senador gaúcho.

Tuma ressalta liderança de Marina em Davos

O senador Romeu Tuma cumprimentou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC) por sua escolha como potencial líder global do século XXI. A senadora entrou na lista do Fórum de Davos, que seleciona e condecora anualmente aqueles que mais se destacam, na sua área de atuação, pelo talento, espírito de liderança e consciência social.

Tuma estendeu sua homenagem a outros dois brasileiros contemplados pelo fórum - Patrick Larragoiti, do Grupo Sul-América; e Paulo Galvão, das Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. Conforme Tuma, a entrada na lista significa um incentivo à nova geração de políticos, empresários, cientistas, artistas e jornalistas preocupados com os problemas sociais do mundo.

No mesmo discurso, o senador mostrou-se preocupado com as notícias resultantes da CPI dos Títulos Públicos. E indagou: "Assim como o programa de renda mínima do senador Eduardo Suplicy, não seria a hora de criarmos um programa de responsabilidade mínima para os administradores públicos?" Para Romeu Tuma, é fundamental que



Romeu Tuma

os responsáveis por bens públicos tenham perfeita noção de como gerenciá-los com inteligência e racionalidade.

Em aparte, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que recursos públicos devem ser aplicados com absoluta correção, dentro do objetivo de atender às necessidades básicas do País. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ter apresentado requerimento para que a CPI dos Títulos Públicos convoque os secretários de Finanças que trabalharam nas administrações de Lufza Erundina, Luís Antonio Fleury e Paulo Maluf. Ele quer que a Comissão decida logo sobre essas convocações.



José Eduardo Dutra

Dutra pede informação sobre BNDES

O líder do bloco da oposição, senador José Eduardo Dutra (SE), apresentou à Mesa requerimento para obter do presidente do BNDES, Mendonça de Barros, informações sobre o valor dos financiamentos concedidos pelo banco durante os anos de 1995 e 1996.

O senador também quer saber o nome das empresas beneficiadas e o objetivo do financiamento.

Miranda propõe mudanças nas relações de trabalho

"As vantagens de um sistema que vincule incrementos de remuneração e produtividade estão mais que comprovadas", diz o senador, referindo-se à construção de uma nova ordem econômica

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) afirmou que o novo momento vivido pelo País exige a construção de relações de trabalho mais realistas, baseadas na conjuntura econômica e na negociação que busque uma cooperação mais estreita entre empresários e trabalhadores.

Um dos mecanismos para gerar novas relações de trabalho, segundo o senador, deve ser o repasse dos ganhos de produtividade para os trabalhadores, "pois as vantagens de um sistema que vincule incrementos de remuneração e produtividade estão mais que comprovadas".

Gilberto Miranda citou dados de um estudo do Ipea



Gilberto Miranda

(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indicando ganho de produtividade na indústria de mais de 15%, entre junho de 95 e maio de 96. Em contrapartida, o ganho real para os trabalhadores, no mesmo período, descontada a inflação, não chegou a alcançar 2%.

- Esses ganhos de produtividade não beneficiaram, ainda, os trabalhadores e os consumidores, dois pilares essenciais para o sucesso da indústria nacional. E temo que, se isso não ocorrer, haverá uma grande perda para as próprias empresas e, em consequência, para o País - disse o senador.

Para Gilberto Miranda, o desafio do empresário e da empresa na construção da nova ordem econômica não é só aumentar a competitividade, mas gerar desenvolvimento com equidade social e participação. O senador afirmou que os países e as empresas que com mais sucesso se tornam competitivos

têm recorrido a dois expedientes: uma relativa estabilidade combinada com ganhos pecuniários diretamente vinculados ao aumento da produtividade.

Quanto aos preços ao consumidor, Gilberto Miranda disse que se deve levar em conta a necessidade de as empresas nacionais manterem a maior fatia possível do mercado, o que possibilita o crescimento econômico.

- Eis porque o consumidor precisa, também, ser beneficiário desse ganho de produtividade. Esse será o diferencial competitivo que permitirá à empresa manter-se no mercado - assegurou.

Amorim denuncia monopólio do transporte intermunicipal em RO

O senador Ernandes Amorim (RO) apelou ontem ao ministro da Justiça para que acabe com o que classifica de monopólio das empresas de ônibus sobre o transporte intermunicipal em Rondônia. Conforme o senador, lei aprovada pela Assembléia Legislativa do estado proíbe aos taxistas o transporte de passageiros entre municípios.

- Considero essa lei contra os taxistas uma vergonha e, se tivéssemos um governador comprometido com os direitos do povo, isso não aconteceria - disse Amorim, para quem o transporte por ônibus no estado é caro, sendo mais



Ernandes Amorim

barato andar de táxi. Os infratores da lei estão sujeitos a detenção e multa, punições que o senador qualificou de injustas.

Ernandes Amorim informou que a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem estão fazendo barreiras para impedir o trânsito de táxis levando passageiros pela BR-

364, que é uma rodovia federal. Ele argumenta que órgãos subordinados ao Ministério da Justiça não podem sujeitar-se à vontade do governador e da Assembléia Legislativa do estado.

- Jamais poderia haver cartéis dentro de uma estrada federal. O que está acontecendo é que, em Rondônia, os taxistas estão impedidos de trabalhar. E a polícia rodoviária não deveria dar guarida a esse tipo de abuso. Lamentavelmente, só porque o estado fica na fronteira com a Bolívia, parece que o governador pensa que Rondônia não é Brasil - assinalou.

Gilvam busca mais verbas para educação



Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) comprometeu-se a lutar pelo aprimoramento do ensino nacional e pelo

envio de mais recursos federais para a educação no Amapá. A iniciativa surgiu como forma de retribuir a homenagem que recebeu do Instituto de Educação do Amapá, a mais antiga instituição educacional do estado, da qual foi aluno.

Gilvam Borges agradeceu a homenagem e destacou a importância do educador no processo de formação do indivíduo. "O professor tem um compromisso com a busca da verdade. Deve estar sempre disposto a ouvir novas idéias e conceitos para, se necessário, reavaliar e rever antigas posições", afirmou.

Rocha pede os números da arrecadação



João Rocha

Como objetivo de obter um quadro atualizado da arrecadação nacional de impostos diversos e contribuições sociais, o senador João Rocha (PFL-TO) apresentou requerimento à Mesa, solicitando informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. O senador quer receber os históricos de arrecadação do País no período de 1989 a 1996, em milhões de dólares.

João Rocha entende que o Senado precisa conhecer esses dados que, conforme acredita, compõem um indicativo verdadeiro da evolução da Receita no Brasil, abrangendo os mais variados segmentos.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
 Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
 Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
 Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
 Antena - 3,6 m
 LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)
 Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
 Integrated Receiver/Decoder (IRD)
 Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
 Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
 Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Ramez Tebet exige plano para desenvolver o interior

E adverte para "absurdos" como o fato de R\$ 200 milhões do FCO não terem encontrado tomadores por causa dos juros elevados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem que o governo federal faça um plano para levar o desenvolvimento ao interior do País, ao relatar em plenário uma reunião de prefeitos da região de Dourados, Mato Grosso do Sul, no último fim de semana, quando ficaram claras "as dificuldades dos municípios em conseguir desenvolvimento sem o apoio federal".

A inexistência de um plano para o interior, na opinião de Ramez Tebet, provoca "absurdos", como os R\$ 200 milhões do Fundo Constitucional para o Centro-Oeste que não foram tomados no ano passado por prefeituras ou empresários "por causa dos altos juros, que chegam a 23% ao ano".



Ramez Tebet

Tebet leu em plenário artigo do jornalista Augusto Marzagão, publicado na *Folha de S. Paulo* de ontem, onde ele afirma que "o Brasil não conhece uma política de interiorização do desenvolvimento, mas apenas a retórica dessa política". Marzagão observa que há no mundo uma tendência de se conceder incentivos para o interior, "invertendo os rumos que produziram as migrações para os grandes centros urba-

nos e ali criaram dramáticas disfunções sociais e humanísticas".

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou que os prefeitos do interior "estão desvalorizados" por causa do desemprego e da falta de dinheiro das prefeituras. Só na região Sul, conforme Patrocínio, 200 mil pequenos proprietários rurais tiveram de vender suas terras para pagar dívidas bancárias, "engrossando a periferia pobre das cidades". Levy Dias (PPB-MS) frisou que não há vontade política do governo federal em resolver os problemas dos agricultores endividados. "Um dia o governo vai entender que a produção de alimentos é importante para o País, e espero que não seja tarde demais", observou.

Valmir diz que reforma fiscal deve fortalecer os pequenos municípios

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) alertou ontem que a reforma fiscal deve ter como uma de suas prioridades o fortalecimento da estrutura de arrecadação dos pequenos municípios brasileiros e a implementação de políticas de desenvolvimento regional que estancem o êxodo rumo às grandes cidades.

Dados da Sudene referentes aos pequenos municípios nordestinos, conforme o senador, demonstram que eles têm em média uma arrecadação da ordem de 1,5 dólar por habitante. Nas capitais, como é o caso de Recife, essa média atinge 205 dólares.

Esses números, na opinião de Valmir Campelo, refletem



Valmir Campelo

a "imoral distribuição de renda no nosso País" que agora torna impraticável a sobrevivência das administrações municipais. Falidas, transformam-se em exportadoras de levas e levas de migrantes, que incham as periferias das capitais, disse.

Para Valmir Campelo, as razões dessa penúria estão na

precariedade do sistema de arrecadação e na falta de mão-de-obra especializada, aliadas a uma "cultura política do interior", em que os prefeitos deixam de recolher impostos para não perder votos. São esses, a seu ver, os problemas a serem equacionados por uma reforma tributária e fiscal.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PFL-MA) anunciou que, também preocupado com o problema, apresentará projeto de lei anistando as dívidas das prefeituras com o INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social). Boa parte delas não tem recebido o Fundo de Participação dos Municípios devido a dívidas acumuladas com o órgão, afirmou.

Renda mínima já existe em 80 cidades

Suplicy constata que prefeitos vêm adotando o programa, mas o governo federal continua a ignorar o projeto de sua autoria que complementa os ganhos de famílias pobres

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem ao plenário que 80 municípios brasileiros já criaram programas parecidos com o seu projeto de renda mínima. A maior parte concede a chefes de famílias pobres uma quantia em dinheiro, desde que mantenham filhos de até 14 anos na escola fundamental.

Suplicy afirmou que os

prefeitos vêm adotando o programa, mas o governo federal continua a ignorar o projeto de sua autoria que complementa a renda de famílias pobres. "O governo não se preocupa com isso. Na verdade, parece que a única preocupação deste governo é com o projeto de reeleição para presidente da República", frisou.

O último município a



Eduardo Suplicy

criar um programa de renda mínima, conforme o senador, foi Presidente Pru-

dente (SP), onde famílias pobres poderão ser atendidas, desde que a renda *per capita* da família seja inferior a 37,5% do salário mínimo (R\$ 42,00 por pessoa). O auxílio financeiro, no entanto, não poderá passar de um salário mínimo para uma família. A prefeitura de Presidente Prudente bancará o programa com dinheiro de sua arrecadação.

Mauro Miranda aponta avanço da cultura goiana

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou o espaço que a cultura goiana vem conquistando no Brasil e no exterior, ao afirmar que novos valores estão surgindo em seu estado, "no rastro de grandes nomes" como a poetisa Cora Coralina, o escritor Bernardo Élis e o pintor Siron Franco.

Segundo o senador, Goiás se projeta cada vez mais no cenário nacional e internacional com a música de duplas sertanejas como Zezé di Camargo e Luciano e Leandro e Leonardo;



Mauro Miranda

as exposições do Balé do estado e do grupo de dança Quasar, que "encantou o público alemão com a coreografia *Versus*"; e a encenação, por um grupo de jovens, da peça *Sob o Sol de Canudos*, que, a seu ver, não poderia ser mais atual, devido à

questão da reforma agrária.

Com o apoio das universidades e da melhor elite do nosso pensamento, estamos escapando aos poucos daquele isolamento cultural que fazia o Brasil imaginar que a cultura era uma fatalidade apenas litorânea. Os grupos artísticos de representação teatral se multiplicam e estão saindo Brasil afora para divulgar a nossa cultura - observou.

Mauro Miranda disse que "pelo menos duas obras goianas - um poema de Cora Coralina e um conto de Ber-

nardo Élis - estão sendo transformadas em filme, rodados em nosso próprio ambiente, e com a presença de atores de grande prestígio nacional".

Depois de salientar que uma das preocupações da arte e da literatura de seu estado "é a perpetuação das raízes regionais ou nacionais", o senador acrescentou que "Goiás está no caminho certo para preservação de seus valores culturais", o que, para ele, como representante do estado no Senado, é motivo de grande orgulho.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM, VALMIR CAMPELO, LEVY DIAS, EDUARDO SUPLICY E JÚLIO CAMPOS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos - 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros - 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim
Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios
Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.